



---

## **PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2013**

### **I – ENQUADRAMENTO**

#### **1.1. Missão e atribuições**

O Município de Sousel é uma autarquia local prevista na Constituição da República Portuguesa. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas e são dotadas de autonomia administrativa e financeira e têm património e finanças próprios.

A Câmara Municipal de Sousel tem por Missão a prestação de um serviço público de excelência, qualidade, eficiência e eficácia numa óptica de responsabilidade e compromisso com o serviço.

O Plano de Atividades, que encontra consagração no nº 1 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, está intimamente relacionado com as Grandes Opções do Plano e Orçamento, elaborados nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e demais legislação complementar.

Porém, enquanto o Plano de Atividades é manifestamente um preceito inovatório, pelo menos em termos da expressa consagração da obrigatoriedade de a proposta de orçamento de cada serviço ser acompanhada pela planificação das atividades e dos recursos humanos a afetar ao seu desempenho, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento constituem documentos previsionais de gestão, de importância vital na Administração Municipal e orientam a estratégia a desenvolver no ano seguinte, tanto pelos dirigentes como pelos colaboradores da autarquia.

Acresce que a Lei das Finanças Locais estabelece que a autonomia financeira dos municípios assenta, entre outros tributos, na arrecadação de receitas que por lei lhe sejam destinadas, através da criação de taxas nos termos do regime geral das taxas das autarquias locais.



---

Nestes termos, o Município de Sousel possui Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, sendo o valor destas taxas obrigatoriamente atualizado através do orçamento anual do município, de acordo com a taxa de inflação.

Assim, as atividades e as medidas propostas refletem os compromissos políticos e as linhas orientadoras do executivo que se pretendem concretizar, não invalidando a introdução de algumas alterações que se venham a julgar necessárias.

Estes documentos estruturantes consubstanciam uma continuidade da estratégia para Sousel, a qual visa dar um contributo ao seu desenvolvimento, nomeadamente ao nível da promoção urbanística, da qualidade de vida e ambiente, da modernização, da cultura, desporto, e de políticas da Educação e Intervenção Social, num ambiente pautado por sérias dificuldades para as autarquias, provenientes do contexto económico vivido no país, na europa e no mundo.

Importa assim determinar a Missão, a Visão, os Valores e os Objetivos Estratégicos considerados essenciais para o progresso do Concelho de Sousel.

### **Missão**

O Município de Sousel desempenha a sua missão com o propósito de promover e desenvolver políticas municipais legítimas e adequadas, administrando com eficácia e transparência, para que se promovam serviços de excelência com altos padrões de qualidade, visando a aproximação e satisfação dos Munícipes.

### **Visão**

A Câmara Municipal de Sousel tem por Missão a prestação do serviço público de excelência, qualidade, eficiência e eficácia numa óptica de responsabilidade e compromisso com esse mesmo serviço.

No cumprimento desta missão utiliza critérios de rigor, transparência e integridade tendo em vista o desenvolvimento do Concelho de Sousel e satisfação dos Munícipes, colaboradores e trabalhadores da Câmara Municipal de Sousel, suportando os seguintes valores:



- 
- O sentido público de serviço à população e aos cidadãos;
  - O respeito absoluto pela legalidade, pela igualdade de tratamento de todos os cidadãos e pelos direitos e interesses destes, protegidos por lei;
  - A transparência, diálogo e participação expressa numa atitude permanente de inter-acção com as populações;
  - A qualidade, inovação e procura da contínua introdução de soluções inovadoras capazes de permitir a racionalização e desburocratização e o aumento da produtividade na prestação dos serviços à população;
  - A qualidade de gestão assente em critérios técnicos, humanos, económicos e financeiros eficazes.

**Valores:**

- Excelência, Transparência, Responsabilidade, Compromisso, Eficácia, Eficiência.

Na Elaboração dos documentos ora apresentados foram tidos em particular atenção tanto as motivações como os constrangimentos externos e internos à Câmara Municipal, uma vez que estes impulsionam e condicionam simultaneamente a sua atuação.

**ENQUADRAMENTO EXTERNO**

O contexto económico assente numa profunda vulnerabilidade da economia europeia tem gerado uma grave crise sistémica resultando no alastramento da crise soberana ao sistema bancário.

Esta situação conduz inevitavelmente a um aumento significativo da taxa de juro da dívida pública europeia, situação que provoca efeitos redutores no desenvolvimento.

Portugal está no centro da crise e nos últimos anos tem sofrido significativamente o efeito de contágio orçamental, verificando-se que atualmente também se encontra a sofrer ainda desse efeito ao nível social.



Perante este cenário, Portugal tem aplicado diversas medidas de austeridade lesivas para o desenvolvimento dos municípios, sobretudo para municípios como o Município de Souzel, que pela sua característica e situação geográfica, sofre de graves problemas de interioridade, encontrando-se assim muito mais dependente dos recursos provenientes do Orçamento de Estado.

Acresce que o Município de Souzel tem efetuado um enorme esforço de investimento desde 2006 e o montante reduzido nas transferências do Orçamento de Estado, de cerca de 1.763 ME, permitir-lhe-ia reduzir o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 40%.

Se este valor fosse utilizado para financiar a contrapartida nacional de investimentos QREN, mesmo sem financiamento bancário, estaríamos a falar de 6,3 milhões de euros de investimentos só no concelho de Souzel!

O Município de Souzel, à semelhança de outros municípios, para além de ver drasticamente reduzidos os fundos provenientes do Orçamento de Estado, desde 2006 assiste a um aumento quase sistemático dos encargos. A este nível podemos referir:

- a) Aumento da taxa para a Caixa Geral de Aposentações por parte das entidades contributivas, que até 31 de Dezembro de 2005 era de 10%, atingindo um montante de 15% a partir de 1 de Janeiro de 2007 e em 2013 a taxa passará para 20%, acrescendo um aumento de 5% da contribuição da entidade.
- b) Aumento da taxa para a segurança social que passou de 20,6% em 2010 para 22,3% em 2011. Em 2013 esta taxa passará para 23,75% registando um aumento de 1,45%;
- c) Nos anos 2010 e 2011 foi instituído um sistema de retenções nas transferências do Estado para os Municípios para financiamento de despesas do Serviço Nacional de Saúde, no montante 32.578,03€ em 2010, 26.724,00€ em 2011 e 22.271,00 € em 2012. A proposta de LOE2013 não altera esta solução.

Note-se que, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, a criação e manutenção do SNS é uma incumbência do Estado, cumprindo-lhe assegurar o seu financiamento, mas as autarquias locais são à margem daquele preceito constitucional, responsáveis pela saúde dos seus trabalhadores.



- 
- d) Aumento da Taxa de IVA reduzida de 5% para 6% a partir do 2º semestre de 2010 e aumento da taxa de IVA máxima em 2011 de 21% para 23%. O aumento destas taxas de IVA é altamente penalizante para as autarquias, pois a generalidade dos bens e serviços que adquirem inserem-se numa destas duas taxas (ex: Empreitadas de Obras Publicas);
- e) Aumento da taxa de IVA de 6% para 23% na energia elétrica, provocando um crescimento de 50.000 € anuais nas despesas do Município. Isto significa que em termos de iluminação pública será necessário diminuir drasticamente as horas e os locais iluminados.
- f) Aumento do preço do Gasóleo que desde 2006 tem registado um aumento exponencial, situando-se nessa época nos 0,82€ e atingindo atualmente os 1,38€. Significa isto, que em termos de eficiência produtiva e considerando um volume de 100.000 litros de gasóleo anual, o Município de Sousel vê as suas despesas acrescerem num montante que ascende a 66.000€/ano;
- g) Aumento de competências com a Educação, nomeadamente com atividades de enriquecimento curricular;
- h) Alteração do número de beneficiários no âmbito da ação social escolar desde o ano letivo de 2008-2009, e a não compensação das verbas correspondentes à alteração do número de beneficiários no âmbito da ação social escolar, referentes aos anos escolares 2009-2010, 2010-2011 e 2011-2012.
- i) Obrigatoriedade de aquisição de novos autocarros para transportes escolares, aumentando os custos anuais em cerca de 50 M€;
- j) Aumento das competências ao nível do transporte escolar, decorrente do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, bem como do transporte de crianças do 1º ciclo, deslocadas em virtude do encerramento de algumas escolas, nomeadamente dos lugares de Vale de Freixo e Almadafe, situação em que apenas se encontra legislado a consignação de verbas relativas aos transportes escolares do 3º ciclo.



De salientar que a condução da política interna da autarquia assente essencialmente no desenvolvimento de novas competências teve por base as receitas provenientes dos recursos financeiros do Orçamento de Estado. Ora, o corte significativo de tais recursos coloca em causa a continuidade de tais competências.

Acresce ainda que a nova lei de compromissos e pagamentos em atraso - LCPA – veio obrigar as autarquias a aplicar uma gestão baseada em receitas calculadas num período de 3 meses, quando o orçamento das autarquias tem uma base anual. Esta alteração legislativa tem prejudicado o desenvolvimento de competências, pois existem compromissos que, obrigatoriamente, têm de ser tomados para um ano económico completo. A continuidade de aplicação desta lei poderá colocar em causa o desenvolvimento de competências básicas

#### **ENQUADRAMENTO INTERNO**

A redução das transferências do orçamento de Estado para as autarquias deverá repercutir-se em menor despesa em subsídios, consumo intermédio e despesas de capital. Também o desenvolvimento de competências que ao longo dos anos o município de Sousel tem assumido, pode ver-se comprometidas, pois o desenvolvimento dessas competências não se encontra acompanhado dos devidos recursos financeiros, conforme estabelece o Lei de Atribuições e Competências das Autarquias Locais, aprovada pela Lei nº 169/99, de 14 de Setembro.

Tal situação motivou o Município de Sousel a encontrar formas alternativas de gestão nomeadamente ao nível da confeção das refeições escolares, passando a partir do início do ano letivo 2012/2013 a adquirir as refeições confeccionadas ao Agrupamento vertical de Escolas de Sousel e a efetuar o transporte destas refeições para as cantinas de Cano, Casa Branca e Sousel. Ao nível das Atividades de enriquecimento curricular estabeleceu acordos de parceria com outras entidades, que ministram diretamente essas atividades, situação que será prosseguida durante o ano 2013.

Acresce que o aumento da taxa de IVA na eletricidade e o constante aumento dos preços dos combustíveis tem tido, e continuará a ter, um impacto significativo no



---

aumento da despesa corrente, situação que também pode comprometer o equilíbrio financeiro da autarquia.

Por outro lado, o orçamento agora apresentado, possui uma forte dotação para fazer face a despesas correntes, nomeadamente com o desenvolvimento de competências no âmbito da limpeza pública, RSU e de saneamento, que apesar dos valores das tarifas já atualizados em 2012, não cobrem os montantes totais despendidos com estes serviços.

Importa ainda referir que no âmbito dos transportes escolares do 1º e 2º ciclo, foram transferidas para os municípios as devidas competências em 1984 e integrada no Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) a parcela a transferir para fazer face aos custos assumidos com o desenvolvimento destas competências.

Apesar dos recursos transferidos serem manifestamente inferiores aos custos suportados, com a implementação das medidas de austeridade impostas, e o consequente corte de fundos provenientes do Orçamento de Estado, os municípios veem assim retiradas todas as participações que lhe eram devidas pela consequente descentralização de competências.

De salientar que também em 1984 foram atribuídas competências às Câmaras Municipais para gestão dos refeitórios escolares. A parcela a transferir para fazer face aos custos dos refeitórios foi integrada anualmente nos fundos provenientes do orçamento de Estado. Com os sucessivos cortes nas transferências, estes valores são consequentemente afetados.

No que concerne à Ação Social Escolar, o Governo, através do DL nº 55/2009, de 2 de Março alterou as suas formas de atribuição, mas até ao momento só efetuou as transferências de verbas para os Municípios correspondentes ao ano letivo 2008-2009. Ainda assim o montante transferido foi manifestamente insuficiente.

Contudo, não foi por este motivo que o Município de Sousel deixou de assumir as responsabilidades em matéria de Ação Social Escolar, por considerar que o direito à educação é um direito fundamental e um meio de desenvolvimento das gerações futuras.



---

Os constrangimentos previstos para o próximo ano, influenciaram a decisão das linhas de ação do município de Sousel, atribuindo primordial importância ao desenvolvimento de competências nas áreas da Ação Social, Educação, promoção da qualidade de vida dos munícipes e do desenvolvimento económico:

- 1 Educação – com um financiamento definido de 4.646.004,00 euros:
  - a) Equipamento das escolas/jardim-de-infância;
  - b) Ação Social;
  - c) Edifícios escolares;
- 2 Cultura, Desporto e Intervenção Social - com um financiamento definido de 1.472.140,00 euros:
  - a) Intervenção social;
  - b) Cultura;
  - c) Desporto;
  - d) Turismo
- 3 Qualidade de vida e ambiente – com um financiamento definido na ordem dos 371.313,00 euros:
  - a) Apoio à promoção habitacional;
  - b) Abastecimento de água;
  - c) Saneamento;
  - d) Resíduos sólidos urbanos;
  - e) Ambiente;
  - f) Equipamento urbano;
  - g) Arruamentos e espaços públicos;
  - h) Rede viária municipal;
  - i) Iluminação pública;
- 4 Desenvolvimento económico - com um financiamento definido de 161.100,00 euros:
  - a) Zonas Industriais;
  - b) Participação Municipal em empresas;
  - c) Novas energias;





- 
- d) Aquisição de imóveis;
  - e) Colaboração;
  - f) Fame;
  - g) Desenvolvimento económico.

## **II - LINHAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO**

As linhas estratégicas das GOP's desenvolvem-se em torno de programas municipais organizados em grandes objetivos, a saber:

1. Modernização dos Serviços Municipais.
2. Planeamento e Ordenamento do Território.
3. Educação.
4. Qualidade de Vida e Ambiente.
5. Desenvolvimento Económico.
6. Cultura Desporto e Intervenção Social.
7. Ação Institucional.
8. Funcionamento Interno.

Apresentam-se a seguir os eixos prioritários vertidos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013, discutidos e acordados entre os membros do Órgão Executivo.

### **1 - Ação Social**

Prevê-se que o ano 2013 seja um ano de inúmeras dificuldades para as famílias e em particular para todas as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade económica e social.

É pretensão da autarquia aumentar a sua intervenção na área social em colaboração com as diferentes entidades existentes no concelho. Neste sentido pretende-se a elaboração de um Plano de Intervenção do Serviço de Ação Social que no seu âmbito direto identificará as situações de maior vulnerabilidade e aferirá as necessidades reais e problemas familiares, no âmbito institucional, desenvolverá um trabalho de parceria



---

com diversas entidades designadamente IPSS's, Segurança Social, Juntas de Freguesia, e por ultimo a nível comunitário, cuja intervenção se desenvolve no sentido de atenuar o isolamento e o sedentarismo, bem como minimizar situações de riso e exclusão social.

Por essa razão, os serviços de ação social devem centrar-se na prestação de apoios que conduzam à inversão da situação de carência socioeconómica, através do desenvolvimento de ações, no âmbito de diversos projetos que abranjam a promoção de habitação social, educação, saúde, apoios sociais e apoios na ocupação de tempo por situação de desemprego involuntário.

Apresentam-se a seguir alguns projetos a desenvolver nesta área:

### **1.1 Criação de uma equipa de intervenção psicológica**

A vulnerabilidade em que os agregados familiares se encontram face a diversas situações decorrentes da gestão diária das suas vivências familiares, de emprego, de saúde, habitacionais, e socioeconómicas, podem conduzir a fragilidades, perante as quais impera uma adequada intervenção.

Desta forma pretende-se implementar em 2013 uma equipa multidisciplinar de intervenção psicológica, destinada ao acompanhamento psicológico de munícipes, sobretudo daqueles que se encontram em situação de isolamento ou de qualquer outro tipo de vulnerabilidade.

Esta equipa multidisciplinar poderá ser constituída por técnicos da autarquia, ou constituída em parceria com outras entidades da região, responsáveis por ações de intervenção social.

### **1.2 Projeto Loja Social**

O projeto da loja social é um projeto para apoio às pessoas e famílias mais desprotegidas e em situação de pobreza ou exclusão social. Pretende ser também um estímulo ao voluntariado e ao exercício da solidariedade e responsabilidade social.



---

Esta loja trabalha na recolha de bens, novos e usados, doados por particulares, empresas ou comerciantes, e a sua atribuição será efetuada às famílias em situação de carência comprovada por técnicos de entidades idóneas.

Por outro lado, este projeto abarca um “banco do tempo” onde cada um poderá contribuir com um número de horas em prol do bem-estar de outros. O voluntariado será a base deste projeto.

### **1.3 Projeto Oficina Social**

A implementação do projeto de oficina social será desenvolvida através da disponibilização de técnicos especializados da autarquia, para a realização de pequenas reparações (eletricidade, serralharia, canalizações etc...) em habitações de idosos carenciados, ou em situação de dependência temporária ou permanente.

Será um projeto desenvolvido a título gratuito prevendo-se que a realização destas obras possa proporcionar um maior bem-estar aos seus destinatários, prolongando assim a permanência no seu domicílio.

### **1.4 Projeto Cantina Social e “Varinha Mágica”**

O projeto “Cantina Social” e visa dar uma resposta de intervenção, de forma a suprir as necessidades alimentares de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade económica, através de disponibilização de refeições.

Este projeto terá como objetivo proceder a parcerias com IPSS ou outras entidades, que já possuam cantinas equipadas e que estejam na disponibilidade de confeccionar estas refeições para fornecer a famílias carenciadas.

O projeto “Varinha Mágica” será desenvolvido autonomamente pela autarquia e visa dar uma resposta social às vulnerabilidades sociais encontradas nas escolas, que poderão justificar o fornecimento de pequenos-almoços e lanches a crianças do ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico.



---

### **1.5 Projeto “emprego Inserção”**

Este projeto visa sobretudo proporcionar aos desempregados, detentores de subsídio de desemprego ou aos desempregados beneficiários do Rendimento Social de Inserção, uma ocupação visando a promoção da melhoria das suas competências socioprofissionais e proporcionando-lhes uma aproximação ao mercado de trabalho. Manter estes desempregados em contacto com outros trabalhadores e outras atividades poderá ser um estímulo a todos aqueles que estão a sofrer com a débil situação económica do país, possam ultrapassar esta fase menos positiva.

### **1.6 – Protocolo CAOS – Centro de Atividades Ocupacionais de Sousel**

No Concelho de Sousel não existe atualmente nenhuma resposta para a pessoa com deficiência, como tal o Município tem ao longo dos últimos anos estabelecido diversas parcerias com instituições procurando oferecer resposta a esta lacuna.

Nesse sentido em novembro de 2010 iniciou-se um protocolo com a Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sousel e Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Portalegre, sendo objecto desse protocolo garantir o transporte e o acolhimento em valência adequada a pessoas com deficiências do nosso Concelho.

Contudo constatou-se que a solução encontrada não oferece uma resposta absoluta às necessidades apresentadas pelo concelho neste âmbito específico.

Nesta medida surge novo e ambicioso projeto promovido pelo Município de Sousel e alicerçado na Associação Recreativa e Cultural de Sousel e Cerciestremoz, que se consubstancia em criar no Concelho de Sousel uma valência CAO – Centro de Atividades Ocupacionais. Pretende-se que com esta valência seja possível promover o desenvolvimento adequado ao indivíduo portador de deficiência, criando condições para a estimulação, sociabilização e o desenvolvimento de dimensões físicas, afetivas e sociais.

O CAO de Sousel será constituído no antigo Jardim de Infância de Cano, tendo o edifício sido inclusivamente objeto de candidatura ao PRODER através da ACRS.



O projeto prevê a remodelação e adequação do espaço existente, garantindo uma resposta inicial para 10 utentes.

## **2 – Habitação Social**

Consciente da grave situação económica e social que o nosso País atravessa, a Câmara Municipal de Sousel, definiu neste seu Plano de Atividades e Orçamento para 2013, estabelecer como objetivo estratégico “Reforçar a Coesão Social” e no âmbito das competências de Habitação Social, assumir como objetivo principal a proteção social de todas as famílias carenciadas, assegurando a melhoria das suas condições habitacionais.

Neste espírito,

- Pretende manter a dinâmica de projetos aprovados e a realização de novos projetos de candidaturas com vista a reforçar e promover ações conducentes a essas melhorias;
- Assegurar o atendimento local e dinamizar os processos de reabilitação;
- Prosseguir, a partir dos levantamentos existentes, com a elaboração de propostas para intervenção na área da gestão habitacional;
- Garantir todos os procedimentos atinentes ao realojamento de famílias carenciadas;
- Prosseguir com a gestão social do Parque Habitacional do Município;
- Diligenciar melhorias faseadas das habitações;
- Promover a aplicação do normativo de utilização das habitações sociais de gestão municipal, implementando uma gestão eficiente, justa e igualitária do parque habitacional de arrendamento social do Município de Sousel, que contribua para a dignificação das famílias carenciadas potenciando os seus padrões de qualidade de vida, da melhoria das condições de habitabilidade e bem assim da vivência do morador nesse espaço;
- Dinamizar medidas junto dos arrendatários que contribuam para a manutenção e preservação do parque habitacional, designadamente divulgar o regulamento de utilização das habitações sociais de gestão municipal, promovendo uma boa utilização e conservação das habitações e áreas envolventes, como por exemplo os direitos e



---

deveres dos moradores e sensibilizar para a necessidade daqueles assumirem a corresponsabilização na gestão e manutenção dos espaços comuns;

- Desenvolver aplicação informática que garanta a operacionalidade da gestão dos processos de Habitação Social.

### **3 - Educação**

A educação é para este Executivo Municipal uma área que merece uma atenção particular na medida em que se trata de uma base natural para a qualificação humana e para a valorização do mais importante património da nossa comunidade que são as pessoas.

A política que tem sido levada à prática pelo Governo ao nível da transferência de competências sem os recursos adequados, como sucedeu com os transportes escolares, as Atividades de Enriquecimento Curricular e as refeições escolares ou o novo adiamento da construção do parque escolar permite-nos pressupor que cada vez mais assistimos a um desfasamento do Poder Central para com os processos educativos e a formação dos nossos jovens, obrigando-nos a assumir algumas responsabilidades que, em todas as instancias, deveriam ser assumidas pelo Ministério da Educação.

A postura deste Executivo para 2013, no que diz respeito à educação será semelhante à de anos anteriores, procurando defender a universalidade do direito ao acesso à educação a todos os munícipes, sem exceção.

Nesta perspetiva pretende-se:

Continuar a coordenação e o assegurar do Conselho Municipal de Educação, órgão fundamental na definição da política educativa concelhia, e participar nos Conselhos Gerais e Pedagógicos das Escolas de acordo com a legislação em vigor;

Cooperar com os estabelecimentos de ensino no desenvolvimento de projetos ao nível dos diferentes ciclos procurando que novas iniciativas se desenvolvam no âmbito da comunidade escolar;



---

Cooperar com os estabelecimentos de ensino enquanto entidade recetora de estágios curriculares e formação em contexto de trabalho, de acordo com as áreas de intervenção da autarquia;

Assegurar todas as atribuições consignadas na Lei e os compromissos e protocolos celebrados com o Ministério da Educação, nomeadamente no que diz respeito ao Programa de Generalização do ensino do inglês e outras atividades de enriquecimento curricular, Programa de Generalização de refeições escolares aos alunos dos 1º ciclo o ensino básico, Programa de Expansão e Desenvolvimento Pré-Escolar.

Em termos de intervenção continuará a obra de construção do centro escolar. Esta construção reverte-se da máxima importância para o concelho pois reflete as orientações atuais defendidas no âmbito da educação.

No programa do projeto foi considerado a concentração dos diversos ciclos, nomeadamente, pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos. Além dos espaços mencionados o complexo edificado contempla ainda distintos espaços complementares, nomeadamente, um auditório que poderá ser utilizado também pela comunidade visto que contempla acessos independentes.

Atendendo à proximidade com o complexo desportivo, e tendo em consideração a necessária rentabilidade de edifícios públicos, permite uma partilha de espaços na componente desportiva.

Numa perspetiva de futuro, pensando num aumento de população escolar e face ao espaço exterior existente, poderá o edificado ser ampliado.

Perante o contexto económico geral, o município de Sousel pretende continuar a atribuir os auxílios económicos no âmbito da ação social escolar, assegurar o fornecimento de refeições respeitando todos os parâmetros de uma dieta adequada e saudável elaborada em colaboração com especialistas em nutrição, a atribuição do complemento de apoio à família, incluindo o prolongamento de horário escolar, abrangendo todos os alunos do pré-escolar como os do 1º ciclo do ensino básico.

Paralelamente, pretende dar continuidade às Atividades de Enriquecimento Curricular procurando a valorização das mesmas através de dinâmicas criativas e pedagógicas,



---

bem como manter parcerias que potenciem a dinamização de projetos de cultura de tradição nos estabelecimentos de ensino.

Ainda nesta área o município de Sousel não deixará de assumir a importância da Escola de Artes do Norte Alentejano- Escola de Musica e naquilo que representa na conclusão de uma etapa importante na consolidação deste ensino constituindo um patamar fundamental para a formação e educação dos nossos jovens.

#### **4 - Desenvolvimento Económico**

A oportunidade de emprego, fixadora de pessoal ativo, é vital para o desenvolvimento local, regional e até mesmo a outras escalas de maior dimensão. Delinear ofertas diversificadas é oferecer um maior número de possibilidades a quem procura um rumo empresarial. E neste sentido a venda de lotes da 2ª fase da Zona Industrial, o desenvolvimento de uma 3ª fase e a construção de um ninho de empresas reflete as preocupações atuais de um interior onde urge a necessidade de criar oportunidades de emprego. Numa visão mais abrangente e de dimensão mesmo regional é premente a existência de um Espaço multiusos. Pelo que o antigo pavilhão da JOG pela sua dimensão e localização privilegiada responde de forma adequada às exigências deste tipo de espaços.

##### **4.1 Projeto NECS**

O projeto “NECS” visa estabelecer uma parceria com o Núcleo Empresarial do Concelho de Sousel para promoção do desenvolvimento do tecido económico do concelho.

Pretende-se com esta parceria proporcionar, mediante candidaturas, um apoio às empresas na contratação de jovens desempregados, à procura do primeiro emprego, ou desempregados de longa duração, nomeadamente, através do financiamento da contrapartida nacional, em projetos financiados pelo Estado Português ou por fundos comunitários.

O projeto poderá ainda abranger ações de dinamização de produtos endógenos contribuindo para a promoção da produção interna do concelho.





## **4.2 Saúde**

Nesta matéria, o município de Sousel pretende conciliar a sua intervenção na área social com algumas das medidas desenvolvidas pelas autoridades de saúde do concelho, nomeadamente campanhas de vacinação, prevenção de doenças crónicas e saúde oral para públicos escolares.

Impõe-se a continuação da reivindicação do corpo clínico do Centro de Saúde de Sousel quando existem utentes sem médico de família.

Paralelamente, o município de Sousel continuará a apoiar dentro de um quadro financeiro enquadrável nas perspetivas financeiras do próximo Orçamento de Estado, as Associações sem fins lucrativos na área da saúde, nomeadamente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sousel.

Áreas particularmente importantes para a vida das populações, assistimos, por força das limitações de horários dos serviços de saúde de proximidade a uma menor qualidade no atendimento. Em contraponto à Ação Social, onde o Município pode desenvolver algumas iniciativas que diminuam as dificuldades em que vivem, em particular, os pensionistas e mais desfavorecidos, ao nível da Saúde é pouco o espaço de intervenção do Município.

## **5 - Cultura Desporto e Intervenção Social.**

Adequar os equipamentos desportivos e culturais existentes de requisitos legais e condições adequadas às exigências atuais era uma das prioridades dos próximos anos. A reabilitação destes espaços é possível e deve ser a opção a ter em conta visto que os erros do passado verificados em outros concelhos que a opção foi a construção de novos edifícios em nada mais resultou do que incontroláveis custos de manutenção e recursos humanos sem uma rentabilidade visível.

Neste sentido o Município de Sousel tem sido um exemplo de boas práticas como é visível na requalificação do auditório da biblioteca. Este espaço será dotado de todas as condições necessárias às pessoas de mobilidade condicionada e onde será possível a exibição de cinema e outras valências adaptáveis às áreas do auditório.



---

Seguindo as mesmas orientações, será remodelado o edifício designado de centro cultural para as necessidades de criação de um museu, temática diversas vezes abordada no decorrer dos anos mas que provavelmente pela sua complexidade e grandiosidade não reuniu as condições necessárias de concretização.

A componente desportiva, pela sua manifesta importância na temática atual dos conceitos de vida saudável, mantém-se nas prioridades deste concelho pelo que se considera relevante, à semelhança do que foi feito em outras freguesias, a implementação de um polidesportivo em Cano.

Além dos aspetos referidos, existe a consciência de que a manutenção destes equipamentos é importante evitando a degradação e desatualização provocada pelo passar dos anos ou pelas exigências de novas normas e legislações. Assim, o complexo desportivo atualmente constituído pelo pavilhão e pelas piscinas cobertas será submetido a intervenções físicas, passa pela melhoria das condições dos espaços existentes e dos aspetos construtivos, proporcionando maior dignidade à prática desportiva do concelho e, ainda, melhorar os resultados de eficiência energética dos edifícios.

As piscinas descobertas são, sem dúvida, uma mais-valia para o futuro parque desportivo designadamente no preenchimento de uma lacuna existente ao nível do lazer considerando as temperaturas altas verificadas na região e em período coincidente com tempo disponível de crianças e jovens.

O centro hípico reverte-se de mais uma valência desportiva para o município, sendo inclusive uma tradição na região, podendo ser complementada com um caráter de saúde e bem-estar. Atualmente um espaço destinado à temática dos cavalos pode, e deve, ter diversas áreas de abrangência.

### **5.1 Turismo**

O futuro do Alentejo passa necessariamente pelo Turismo. Também Sousel terá inevitavelmente de apostar neste setor enquanto alavanca para o desenvolvimento, seguindo as linhas orientadoras do POTA (Plano Operacional do Turismo do Alentejo). É neste âmbito que surge o Plano Operacional de Turismo de Sousel (POTS), com o



objetivo de dinamizar e promover de forma sustentada o desenvolvimento do turismo territorial, com benefícios para todos os agentes privados com interesses ou atividades envolvidos no processo. É uma carta de acordos e compromissos, não apenas para a autarquia, mas um instrumento operacional dirigido a todos os serviços públicos, aos agentes económicos, sociais, culturais e aos cidadãos em geral – um plano dinâmico e estratégico que replique a um desafio maior: uma visão e estratégia para o futuro turístico de Sousel. Pretende-se implementar a ideia de “Vivências ” enquanto destino, a cumplicidade do homem e a natureza, mas numa escala em que se valoriza a vida em comunidade, no intuito de dinamizar e promover Sousel enquanto espaço de vivências turísticas, reposicionando no território o nome “Sousel” enquanto produto/destino turístico de referência.

A Pousada de São Miguel constitui um elemento essencial da oferta turística de Sousel, podendo vir a ser um empreendimento-âncora para o futuro desenvolvimento do setor no concelho. Neste momento o edifício e a sua envolvente carecem de muitas intervenções. Urge garantir a guardaria do imóvel e assegurar a sua conservação preventiva, para que não se repitam atos de vandalismo e roubo. Será também imprescindível o reposicionamento da unidade tendo em conta as diferentes abordagens e respetivos conceitos associados para a reformulação do produto turístico “Pousada de São Miguel”, considerando especialmente a integração da mesma na dinâmica económico-social do concelho de Sousel, as necessidades da procura turística e a reorganização das áreas existentes na antiga pousada, de forma a permitir a rentabilidade económica e a otimização dos espaços da nova proposta de produto.

Ainda neste contexto, a Confraria Gastronómica de Sousel, fundada em 2011, terá um papel relevante a desempenhar no que concerne ao reconhecimento, promoção e valorização dos produtos e saberes tradicionais, estabelecendo a ponte entre a comunidade, agentes locais e público-alvo, assumindo a figura de centro organizador e dinamizador do património gastronómico de Sousel.

Porém, não deixar de demonstrar outras áreas de intervenção planeadas pelo executivo municipal:



---

## **6 - Qualidade de Vida e Ambiente.**

Agir no âmbito da Qualidade de Vida e Ambiente é pensar no bem-estar e melhoria dos concelhos proporcionando novos conceitos aos munícipes. Neste sentido, e considerando os tempos difíceis de austeridade, é urgente pensar e definir as prioridades para a população.

Abordar a qualidade urbana e paisagística associada a conceitos de acessibilidade é dar prioridade às pessoas que dinamizam o espaço público. Eliminar obstáculos e criar zonas atrativas tem sido uma das prioridades, e continuará a ser, nos projetos e obras executadas. A exemplo do texto referido é importante mencionar a intervenção nos jardins do centro cultural e em toda a zona central do perímetro urbano de Sousel que numa fase posterior interligará o Largo da Sra de Orada com a Rua da Fonte Rodrigo. A envolvente da Igreja Matriz e o Jardim Municipal constituem um sítio de dimensão considerável e aprazível de qualidade de vida urbana em que é favorecido os interesses dos peões.

Nesta perspetiva encontram-se em fase de estudo todas as entradas e saídas das freguesias atribuindo a estas zonas imagens condignas do respeito que estes lugares merecem e tornando-os mais circuláveis quer pedonal como viário.

Observar o edificado e propor medidas de estímulo à reabilitação urbana serão uma prioridade a considerar conjuntamente com a melhoria das condições dos espaços públicos nestas zonas. E neste sentido serão intervencionadas determinadas áreas de forma a proporcionar uma maior atratividade e interligação entre o que se designa de público e privado. Salienta-se, assim, a requalificação de aglomerados habitacionais, melhoria das zonas verdes e espaços pedonais proporcionando aos munícipes uma melhor qualidade de vida.

O atual paradigma verificado no país pressupõe uma nova reflexão nos conceitos de qualidade de vida e ideologias urbanísticas. O despovoamento é um facto, e a degradação do edificado uma constatação, ao qual Sousel não está indiferente. Neste sentido para o próximo ano estão definidos objetivos que passam por diminuir estes aspetos, ou numa visão menos otimista, minimizar estes impactos.



---

No entanto, as questões do despovoamento carecem de um conjunto de intervenções que abrangem a reabilitação, a criação de oportunidades de emprego, acessibilidades, bem como, outras componentes nas áreas dos serviços de apoio à população.

## **7 - Planeamento e Ordenamento do Território**

A revisão do Plano Diretor Municipal de Sousel além de impositivo legal é uma forma de refletir sobre o território considerando que estes documentos constituem uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local tendo como linhas orientadoras os planos de ordem superior no âmbito das opções regionais e nacionais. Salienta-se que nesta figura da revisão do PDM será considerado o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo.

Atualmente os PDM's designados de "nova geração" estabelecem o modelo de organização municipal do território pretendido ao nível de diversas áreas demarcadas como manchas de intenções. O documento final deverá refletir os interesses manifestados no decorrer da sua elaboração por entidades públicas e privadas.

A uma outra escala serão estudados os perímetros urbanos, nomeadamente e como exemplo as zonas habitacionais, industriais, estrutura ecológica, rede viária e equipamentos que constituirão os chamados Planos de Urbanização.

## **8 - Modernização dos Serviços Municipais**

Divisão de Modernização Administrativa e Comunicação

A importância da Divisão de Modernização Administrativa e comunicação atribui-se ao facto do processo de modernização dos Serviços Municipais ainda não estar concluído e a organização dos serviços de Atendimento aos Cidadãos, Informática e, Imagem e Comunicação debaixo da mesma coordenação ser uma mais valia, pois para além de serem serviços transversais são eles próprios os principais agentes no processo de modernização dos serviços a que este executivo se propõe (Balcão Único de Atendimento, Desmaterialização, Reengenharia de processos e Disponibilização on-line de serviços e demais informação).



---

### **8.1 Balcão Único de Atendimento**

O Balcão Único de Atendimento é o resultado da forte aposta que este município tem feito na modernização administrativa de modo a melhorar os serviços prestados assim como a simplificar o acesso dos cidadãos aos mesmos.

A possibilidade de se poder tratar num mesmo local todos os serviços prestados pela autarquia é uma mais-valia para os cidadãos e empresas, pois permite melhorar as condições e prazos de resposta.

Esta modernização não é possível sem o recurso a novas tecnologias, daí o forte investimento que tem vindo a ser feito nesta área. Para minimizar o custo associado a este investimento efetuou-se uma candidatura ao programa SAMA. Esta candidatura reflete todo o projeto que foi, e continua a ser executado, e abrange três grandes áreas (Implementação do balcão único, Reengenharia e desmaterialização de processos e Autenticação eletrónica dos cidadãos e empresas através do cartão do cidadão).

### **8.2 Desmaterialização, Reengenharia de processos e Serviços on-line**

O processo de desmaterializar procedimentos, é o primeiro passo num processo que tem como objetivo final prestar um melhor serviço aos cidadãos (mais eficaz, eficiente e transparente). Pois para se conseguir é necessário proceder a uma Reengenharia de processos (analisar cada um, verificar se usa os procedimentos corretos e propor alterações caso se justifique), de modo a que quando um cidadão faça um pedido aos serviços da Câmara Municipal, saiba à partida o tempo que vai demorar e saiba em cada momento o estado em que este se encontra, podendo para isso consultar esta informação no site do Município.

### **8.3 Loja do cidadão**

A candidatura de Sousel a uma loja do cidadão, vem na sequência da linha de orientação que tem vindo a ser seguida, de facilitar o acesso dos cidadãos aos diversos serviços.



---

As Lojas do Cidadão ao integrarem um conjunto de serviços de entidades públicas e privadas, integram-se nessa linha de orientação, do qual, o balcão de atendimento único do município faz parte integrante.

A possibilidade de se poder tratar num mesmo local, de diferentes assuntos (Segurança Social, Notariado, Eletricidade, Telecomunicações, Finanças, Saúde, Banca, Consumo, Correios, televisão por cabo, e serviços Autárquicos) é uma mais-valia que não se pode desperdiçar e o sucesso que estes espaços têm tido em todo o país é uma prova de que estamos no caminho certo.

### **Mapa de Pessoal**

O ano de 2013, deverá ser um ano de continuação de profundas restrições para a Administração do Estado e para a Administração local, bem como de enormes alterações ao nível da possibilidade de admissão de recursos humanos e fortes alterações às estruturas organizativas das entidades locais.

Por outro lado, a necessidade de assumir competências que permitam dar uma resposta cabal às necessidades sentidas pelas populações, nomeadamente ao nível da ação social e educação, impõe a reformatação das competências dos diferentes serviços e a atribuição de novas competências aos recursos humanos existentes. Para o efeito apresenta-se um mapa de pessoal que contempla, não só os lugares ocupados pelos diferentes recursos humanos da autarquia, como a criação de lugares para ocupação por via da mobilidade interna.

### **III – Conclusão**

No contexto atual de crescente austeridade económica e financeira no mundo e no País, o Município de Sousel não pode ficar indiferente ao agravamento das condições socioeconómicas das famílias e das empresas.

Assim as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013 vêm exigir uma intervenção imediata da autarquia ao nível do apoio social à comunidade e de fomento de parcerias que permitam o desenvolvimento económico.



---

Porém, não podemos ignorar que a situação económica para que os Município têm sido conduzidos carece de medidas urgentes de forma a garantir a sua sustentabilidade financeira.

Assim, em tempos difíceis é necessário fazer escolhas, de forma a definir prioridades tendo como objetivo garantir a qualidade de vida das populações e eficiência da aplicação dos dinheiros públicos.

Para 2013 o Município de Sousel escolheu o mais importante – Os seus Municípes!

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Armando Varela